

PROVAS DO INTRADUZÍVEL DE UMA LÍNGUA PARA OUTRA

Rajaa Stitou

Rajaa Stitou
Universidade Paul
Valéry Montpellier
3, Faculdade de
Ciências do Sujeito
e da Sociedade,
Montpellier, França.
Universidade
Aix Marseille,
Laboratório de
Psicopatologia
Clínica, Linguagem
e Subjetividade,
Marseille, França.
Universidade
Paris VII Diderot,
Centro de Pesquisa
Psicanálise,
Medicina e
Sociedade, Paris,
França.

Versão para o
português

Yvone Soares dos Santos
Greis
Universidade
François Rabelais
de Tours, Centre de
Estudos Superiores
da Renascença,
Tours, França.
Universidade
Estadual de
Campinas
(Unicamp),
Instituto de Estudos
da Linguagem,
Campinas/SP,
Brasil.

RESUMO: A prova do intraduzível diz respeito ao encontro da falta de dizer tudo, encontro que faz de cada pessoa um estranho na própria terra de seus enunciados. Esse intraduzível está ligado à condição de ser falante e a algo estruturador para o sujeito na sua articulação com o vínculo social. Assim, ele pode abrir o caminho da criatividade, mas pode também exercer certa violência quando não é reconhecido como portador de alteridade. Como se manifesta essa relação com o intraduzível num contexto de globalização dominado pela novilíngua e onde a fronteira das línguas se tornou um desafio político iminentemente crítico? E qual é a situação dos sujeitos que estão sofrendo na sua chamada língua materna a tal ponto de se verem obrigados a mudar de língua? O intraduzível é questionado por meio das lesões e do totalitarismo da língua. Ele também será levado em consideração em seus efeitos de fala e de inventividade através da transferência.

Palavras-chave: Intraduzível, língua materna, língua totalitária, bilinguismo, fala, criatividade.

ABSTRACT: The “untranslatable” from one language to another. The question of the ‘untranslatable’ concerns the encounter with our impossibility of ‘saying everything’; an encounter which makes us all foreigners in our own language. The untranslatable is linked to the condition of the speaking being, to something that functions as a structure for the subject in his relationship to the social bond. Such an encounter can therefore engender creativity, however, if it is not recognized as a vehicle of otherness it can have violent effects on the subject. What happens to our relationship with the untranslatable in today’s globalized world, dominated by Orwellian newspeak, where the borders between different languages have become a hot political issue? What happens to subjects who suffer in their so-called mother tongue to such an extent that they are forced to change their language? This text explores the question of the untranslatable through the prism of linguistic wounds and totalitarianism. We will also look at the effects of speech and invention on transference.

Keywords: The untranslatable, mother tongue, totalitarian language, bilingualism, speech, creativity.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982016003002>

A prova do intraduzível diz respeito ao encontro com a incapacidade de dizer tudo, encontro que faz de cada pessoa um estranho na própria terra de seus enunciados. Esse intraduzível está ligado à condição de ser falante, bem como a algo estruturador para o sujeito na sua articulação com o vínculo social. Assim, ele pode abrir o caminho da criatividade, mas pode também exercer certa violência quando não for reconhecido como portador de alteridade.

Como se manifesta essa relação com o intraduzível num contexto de globalização dominado pela novilíngua e onde a fronteira das línguas se tornou um desafio político iminentemente crítico? E o que dizer do devir da palavra na passagem de uma língua para outra ou quando o sujeito se sente como banido do mundo porque ele fala uma língua diferente, não reconhecida como compartilhável?

Será que essa passagem de uma língua para outra não reforça, em alguns casos, essa estranheza inerente a toda língua, a ponto de, às vezes, expor o sujeito a um silêncio de morte e, assim, à impossibilidade de estabelecer um vínculo social?

A fim de poder trabalhar essas questões, convém esclarecer o que entendemos por língua, linguagem e palavra.

Toda linguagem é baseada numa língua articulada com a palavra. Entretanto, de que língua se trata?

De um ponto de vista psicanalítico, a língua materna não é a língua que falamos. Ela diz respeito ao que é falado pelo inconsciente, através de cada um. Por que a chamamos de materna? Não seria por que ela se refere a essa fonte pulsional, carnal da *lalangue*, relacionada ao balbúcio infantil? O maternal na língua que permanece sempre intraduzível não deixa de evocar também esse corpo a corpo ou essas trocas precoces entre mãe e o *infans*, baseados em lalações e jogos de fonação a partir dos quais a criança pode se desprender o imediatismo das coisas. Suas provas corporais se transmutam assim em demanda a fim de se fazer entender numa outra língua, articulada com a castração, com a Lei, língua que não encerra em si o desconhecido que ela contém. É assim que ela vai ao encontro da alteridade do Outro e se reconhece como ser dividido, inserido num processo de nomeação e substituição significativa.

Assim é a linguagem que nasce da *lalangue* maternal, essa estrutura básica que Lacan (1972-1973) define com uma única palavra para melhor representar o que une o real e o simbólico e mantém, no sujeito, a impressão, a influência de um gozo particular. Portanto, ela não deve ser confundida com a linguagem codificada, mas se articula nela. O que permite essa articulação é a palavra, sem a qual nenhum laço social se tornaria possível. Isso nos leva a definir o que significa falar.

A palavra é reduzida à sua dimensão usual no discurso comum, e o que nos interessa aqui é a sua função, ou seja, a maneira pela qual ela constitui um ato para o sujeito. Aqui, a palavra deve ser compreendida no sentido indicado pela

etimologia, ou seja, o que é jogado para o lado. Esse “lado” é o que o aspecto informativo ou performativo da linguagem pode apenas apreender como falha. Para que essa palavra tenha o valor de um ato, é necessário que o sujeito se envolva subjetivamente na língua, investindo sua voz e seu desejo, desejo sempre singular que não se confunde com a língua de “todo mundo”. Confundir sua língua com a linguagem da massa significa reduzir essa língua a uma língua contagiosa e não a uma língua transmitida, através da qual emerge um estilo. É sempre difícil morar na sua língua, e essa dificuldade é intensificada quando essa palavra está falindo ou quando o sofrimento do sujeito é tal que ele não pode ser expresso em nenhuma língua. Às vezes, o sujeito precisa de uma distância da língua para poder expressar suas feridas. Porém, o intraduzível não se exacerbaria numa língua estrangeira? Essa parte do indizível no coração de todas as línguas nos confronta ao equívoco de onde pode surgir o caminho da inventividade e da fásca poética. Ela também pode resultar em devastação quando um sujeito ou uma sociedade transforma o impossível de ser dito em impotência ou falha a ser preenchida.

A sociedade, no seu imperativo contemporâneo, impõe cada vez mais uma língua padronizada, calculada, que deixa pouco espaço para o imprevisto, para os efeitos de surpresa da “lalange”, próprios da posição subjetiva de cada um.

Qual é então a situação dos sujeitos que sofrem na sua língua chamada de materna, a tal ponto que uma mudança de língua se impõe? Muitos escritores e poetas apenas puderam escrever e ser reconhecidos numa língua estrangeira. A maioria deles testemunhou o indescritível de uma experiência cujas provas apenas puderam ser transmutadas por meio de outra língua. Assim, a voz que fala na obra de Beckett faz ressoar um silêncio ruidoso, cortante, revelando o abismo interior sobre o qual o escritor se debruçou por meio da língua francesa. É como se essa passagem por outro idioma, mantendo, na retaguarda, uma língua familiar perigosamente proxêmica, lhe permitiu o deslocamento necessário para enfrentar o real e saber como lidar com a língua, língua que ele desnuda e que ele conduz à sua apoteose.

Penso também nos refugiados políticos que viviam num contexto dominado pela guerra e pela ditadura, onde a língua chamada de materna adotou um comportamento conivente com a língua da violência e da barbárie, e esta os levou ao exílio forçado. Ao proibir a expressão do desejo, querendo privar o outro do que ele possui de irredutível, essa língua totalitária, dominada pela vontade demoníaca de tudo saber e de tudo poder, lesa o sujeito e não consegue estabelecer o elo social. O elo que ela promove não é um elo de transmissão, trata-se de um elo de contágio. Que língua falamos quando toda subjetividade deve ser aniquilada, quando os laços comunitários devem ser rompidos? Que língua fala-

mos quando o idioma vigente nega o que se refere à intimidade do ser humano e tenta preencher a distância inaceitável entre o enunciado e a enunciação?

Não é na dificuldade em concordar com o intraduzível que reside o tormento atual da civilização?

É para poder enfrentar essa parte indizível, sempre questionadora, desde o início não datável da reflexão, que os homens são forçados a construir defesas a partir de uma referência ao Outro ao qual se atribui, numa ficção compartilhada, a possibilidade de estabelecer a ordem do mundo. É assim que se tece a trama do elo com o outro através do Outro, que permite a cada um se preservar de sua indeterminação, reivindicando, ao mesmo tempo, uma identidade. Desde o alvorecer dos tempos, foi necessário transpor algo que pudesse assumir um sentido na linguagem, um sentido que não é apenas uma direção, e, sim, que dá uma forma ao real através de codificações, de montagens imaginárias, simbólicas. Contudo, essas codificações se desconstroem e reconstróem permanentemente, pois elas não conseguem designar o que tentam designar. Sempre designam algo além de qualquer presença concreta ou material, aquém de qualquer formulação verbal. O que elas designam é sempre subvertido, pois está inserido indefinidamente numa construção, numa consistência acessível à sensorialidade através de uma forma, uma imagem.

Vale dizer que a imagem é aqui entendida no sentido como Platão a define no “Timeu” (1970, 52 c3-5): “Ela nem sequer pertence ao que ela representa, é como um fantasma mutável, de outra realidade e deve, por isso, sempre nascer em alguma outra coisa e participar de alguma forma da existência, caso contrário, ela seria absolutamente nada”.

A imagem, como todas as montagens humanas de qualquer natureza, cultural, política, religiosa, científica, é baseada numa falta, a qual é substituída por um sentido. Esse sentido, no entanto, nunca é idêntico a si mesmo. Há a necessidade de uma substituição através da dialética incessante entre a parte elusiva e o que mede (codifica) a linguagem na sua possibilidade de objetivação.

É assim que o impossível pode se transformar numa possível transmissão, constituindo, com a realidade, a historicização dos fantasmas, uma maneira de se proteger contra a insuportabilidade do real.

A questão que então se coloca é a de saber como essas defesas culturais, cuja função é diminuir a ansiedade, proteger e de humanizar os sujeitos, levam, paradoxalmente, à ruína ou barbárie? Como é possível utilizar estas mesmas defesas e, em nome da lei ou da divindade, cometer crimes e se precipitar para o desastre?

A ilusão que se manifesta por meio desses dispositivos permanece insuficiente para garantir qualquer tipo de preenchimento — ele pode velar a hiância, pois não consegue evacuá-la. Ninguém pode então esperar instalar-se nela por causa

da falta que lhe é subjacente, falta imemorial, trans-histórica que os homens sempre tentaram afastar, não sem prejuízo, não sem derrapagem, com os meios de seu tempo. É disso de que trata a história mais antiga, e é também disso que trata a história mais recente. Dessa relação com a falta, com o impossível, depende então o devir daquilo que regulamenta e institui as relações dos homens entre si (STITOU, 2011, p.191).

O sonho de uma língua ideal, ou seja, de uma língua total, que permitiria recompor a completude na relação com o conhecimento e entre os homens, é narrado por Babel, esse lugar de confusão das línguas no qual os primeiros homens encontraram o limite da pretensão de pôr um fim a todas as divisões, de instaurar a plenitude na língua.

Eles foram confrontados com a dispersão e, desse modo, com a experiência daquilo que, no conhecimento, evoca o todo Outro. A narração coloca assim a questão do exílio da língua original a partir da qual nasceram as línguas dos homens, línguas que carregam a marca do Outro, às quais sempre falta a última palavra. A ilusão de uma língua perfeita, imodificável, que consegue acessar o absoluto do sentido, não é aquilo que todas as formas de totalitarismo preconizam ao rejeitar qualquer tipo de mestiçagem, qualquer polissemia. Essa tentativa de engessar a língua, de deixar de considerá-la como não-toda, nasce do desejo de liberar as palavras de sua parte intraduzível, forçando-as a afirmar apenas a verdade da verdade. Os desvios surgem quando os homens se proclamam, inconscientemente, mestres absolutos da linguagem e quando consideram os dispositivos lógicos como ponto de partida e como horizonte.

O que acontece quando a língua na qual o sujeito poderia se expressar gera o caos? Como traduzir seu sofrimento psíquico ou mesmo corporal quando o sujeito enfrenta, sem qualquer mediação, o terror na língua? A prova do indizível é redobrada quando os traumas da língua inerentes à história pessoal do sujeito se fundem com a história coletiva, a linguagem da tortura, da humilhação chegando aos limites do impensável. O abalo que o sujeito atravessa rompe as fronteiras entre a parte íntima da língua particular, fantasmática, e a língua do terror que se espalha pelo cenário social. Ele fragiliza a distância entre o real e o imaginário. O impossível a ser dito, trauma de qualquer *parlêtre* (ser falante), é redobrado a ponto de expor alguns sujeitos ao mutismo na sua língua, e esta se torna portadora de ferocidade ou até de obscenidade.

A passagem por outra língua é, por vezes, apresentada, nesse caso, quando surge um pedido de análise, como necessidade, uma urgência subjetiva, mesmo quando não se domina ainda o código dessa língua. É na língua estrangeira que o sujeito tenta enfrentar o indizível, investir seu presente ligando-o à sua história particular, inscrever o evento traumático em uma narração. Trata-se de um trabalho de tradução ou de retradução que é, ao mesmo tempo, uma tentativa

de reencontro com sua própria subjetividade e seu desejo íntimo. A experiência clínica mostra que essa mudança de língua pode realmente aliviar a ansiedade. Ela pode introduzir o desvio necessário que permite ao sujeito, através da transferência, se manter afastado da pulsão de morte e evitar se confundir com a massa indiferenciada dos que chamamos de traumatizados. Isso desata a palavra, a libera do seu confinamento, restaura sua capacidade de nomear, permitindo estabelecer uma relação diferente consigo mesma, com o mundo, com o outro e com o todo Outro. A escolha da língua de análise deve ser feita caso a caso. Ele se conjuga no singular. O sujeito pode também mudar de língua durante uma sessão, se o caminho estiver aberto para o bilinguismo.

Toda análise está confrontada com a tradução de seus próprios significantes e o bilinguismo é interno a qualquer idioma. É o bilinguismo do comunicável e do inominável, do intraduzível. Porém, de que se trata quando o sujeito faz intervir ocasionalmente um idioma diferente?

Se esse trabalho bilíngue enriquece e às vezes favorece as associações dos pacientes, ele também pode ser uma forma de contornar ou de manter uma língua afastada que envolve demasiadamente os afetos e o corpo, por exemplo. Nos diferentes casos, isso deve ser compreendido como um efeito do inconsciente.

A experiência mostra que é necessário estar atento à mobilidade transferencial, bem como a que é subjacente na passagem de uma língua para outra, ou seja, ao enunciado do sujeito, onde se atualizam os efeitos da metáfora e da metonímia. No entanto, o encontro com pacientes bilíngues nos mostra que um conhecimento muito básico da língua dificulta a percepção de determinados detalhes que podem ser decisivos.

Concordando com Sami-Ali (1980, p.183-197), para o qual “cada cultura vive de forma diferente sua relação com o inconsciente”, eu afirmaria — sempre introduzindo o sujeito e insistindo na inclusão da dimensão significante (sem perder de vista a parte do real) —, que cada língua vive de forma diferente sua relação com o inconsciente. Como mostra a experiência, não é necessariamente nessa língua chamada de materna que surge uma palavra. Ao induzir uma distância necessária, o desvio por uma língua estrangeira pode autorizar a abertura do discurso. O discurso do sujeito não deve ser confundido com o código da linguagem de sua comunidade. Ele deve ser levado em consideração no seu vínculo com o código coletivo a partir do estilo de cada um.

O que se transporta, o que se transfere de uma língua para outra diz respeito ao mais pessoal do sujeito. Levá-lo em consideração autoriza uma nova relação com o sintoma. O sujeito pode então deslocar-se de “isso não funciona”, independentemente da língua utilizada, para “o que isso significa?”. É assim que o sujeito pode se envolver subjetivamente na palavra. E não há palavra sem mal-entendidos, sem equívocos, sem a restrição do intraduzível. O mal-entendido é

bem-vindo, pois permite ao sujeito questionar o enigma colocado pelo sintoma, cuja expressão ou forma transita necessariamente pelas instituições de uma língua variável em função das diferentes culturas e épocas. A recepção desse mal-entendido recoloca a palavra naquilo que esta não domina, lá onde o paciente e o analista se surpreendem através de um dizer novo que se transmuta num ato no inesperado de um sonho, de um lapso, de um ato falho. É importante que o sujeito se sinta no direito de dizer o que lhe vem à mente em qualquer idioma, incluindo no idioma de seu fantasma.

Ao falar, o sujeito perde e reencontra as palavras de maneira contínua. Lá onde as línguas utilizadas pelo sujeito, com seu código e sua lógica, apenas podem ser compreendidas no seu vínculo com o intraduzível, o sujeito é tributário sem que ele o perceba.

A experiência clínica mostra que o recurso às línguas estrangeiras pode ser um refúgio, uma defesa ou uma tentativa de libertar-se. Seja qual for o caso, o que está em jogo é a relação de cada sujeito com a sua "lalangue". A "lalangue" (LACAN, 1972-1973) que contém o desconhecido em sua "arqueologia mais subterrânea", está operando na língua estrangeira. Ela veicula o que não pode ser apagado, nem ser traduzido para qualquer idioma aprendido. É restituindo à língua seu enigma, sua capacidade de sonhar e de poesia, que se pode abrir o caminho para a criatividade.

Recebido em 30/4/2015. Aprovado em 10/10/2015.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. (1954) *Problème de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- FREUD, S. (1905) *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*. Paris: Gallimard.
- GORI, R. (1996-2008) *La preuve par la parole*. Paris: PUF.
- GREENSON, R. (1950) The mother tongue and the mother in *International Journal of Psychoanalysis*, 31, p.18-23.
- KRAPF, E (1955) "Choice of of language in polyglotic analysis" in *Psychoanalytic Quarterly*, 24, p.343-357.
- LACAN, J. (1972-1973) *Séminaire XX, Encore*. Paris: Seuil.
- LAGACHE, D. (1956) "Sur le polyglottisme dans l'analyse" In *Œuvres complètes*. Paris: PUF.
- LECLAIRE, Serge (1966) "Les éléments en jeu dans une psychanalyse." *Cahiers pour l'analyse*, 5, p.17-24.
- PLATON (1970/1570) *Le Timée* (52 c). Paris: Les Belles lettres.
- SAMI-ALI, M. (1980) "Langue arabe et langage mystique. Les mots au sens opposés et le concept d'inconscient", *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 22, p.187-197.

- STITOU, R. (2011) A Propos de la Psychanalyse Face a la Guerre. Pour Une Clinique Du Traumatisme. *Cliniques Méditerranéennes*, 83, p.187-199.
- _____. (2002) "La maladie d'amour de l'étranger dans la langue", *Cahiers de Psychologie clinique* 19, 2, p.167-175.

Rajaa Stitou
rstitou@wanadoo.fr

Yvone Soares dos Santos Greis
greisyvone@gmail.com